ISSN: 2358-8829

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DA PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS EM QUEBRANGULO – AL

Ayala Farias Peixoto [1]
Ailana Vieira Machado de Santanna[2]
Tereza Nunes de Farias[3]
Thalita da Silva Messias[4]

INTRODUÇÃO

A garantia do direito à educação pública de qualidade, inclusiva e equitativa pressupõe a compreensão integral dos sujeitos e das múltiplas determinações sociais, culturais, econômicas e institucionais que atravessam o cotidiano escolar. Nessa perspectiva, a escola constitui um espaço de formação humana, socialização e efetivação de direitos, mas também expressa contradições sociais que podem se manifestar em desigualdades educacionais, vulnerabilidades sociais, violências, dificuldades de aprendizagem e fragilização dos vínculos familiares e comunitários.

A inserção do Serviço Social e da Psicologia na Educação Básica representa um avanço na construção de respostas institucionais a essas demandas. A Lei nº 13.935/2019 estabelece a prestação de serviços dessas duas áreas nas redes públicas de educação básica, por meio de equipes multiprofissionais, com ações voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, à participação da comunidade escolar e à mediação das relações sociais e institucionais (BRASIL, 2019).

No campo do Serviço Social, os Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação, publicados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2013), fundamentam uma atuação comprometida com a educação como direito social, a democratização do acesso e da permanência escolar e o enfrentamento das desigualdades. A Psicologia Escolar, por sua vez, deve compreender os processos educativos em suas dimensões institucionais, relacionais e sociais, evitando reduzir as dificuldades escolares a características individuais dos estudantes. As referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia

[1] Pós Graduada em Serviço Social na Educação pela Minas Faculdade - SP, ayala.fpeixoto@email.com;
[2] Pós Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional- Facear, ailanasantanna@hotmail.com;
[3] Graduada em Psicologia pela Universidade de Pernambuco - UPE, tecajose@hotmail.com;
[4] Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, thalitadasilvamessias2015@gmail.com.

defendem uma perspectiva crítica, orientada pelos direitos humanos, pelo respeito à diversidade e pelo enfrentamento dos preconceitos e das desigualdades (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019).

Compreender o impacto dessas ações é indispensável para subsidiar o planejamento institucional continuado e para legitimar o papel desses profissionais como agentes de transformação na gestão democrática da escola pública. Sendo assim:

> O objetivo da escola é criar um espaço em que cada criança possa pensar os seus sonhos e realizar aquilo que é possível, no ritmo que lhe é possível. [...] Não é incomum que professores, em conversas, falem em que lugar da "corrida" dos programas eles se encontram. É compreensível. Como partes da máquina burocrática, eles perderam a liberdade e se esqueceram dos sonhos antigos (ALVES, 2023, p.73).

Essa reflexão de Rubem Alves (2023) dialoga com as situações observadas no cotidiano profissional, em que as exigências institucionais e pedagógicas, podem gerar sobrecarga e sofrimento emocional entre docentes, dificultar a construção de relações de escuta e acolhimento e, consequentemente, impactar o processo de ensino-aprendizagem. Nesse processo, a equipe multiprofissional também vem desenvolvendo trabalhos de formação emocional e acolhimento a esses educadores. Muitas vezes, eles não percebem que a relação entre professor e aluno tornou-se uma barreira; ou seja, restou pouco tempo para dar atenção e acolhimento aos estudantes que necessitam de um olhar mais específico. Com isso, tentamos mediar essa dinâmica de modo a reconstruir esse vínculo pedagógico, que vem se perdendo devido a exigências burocráticas cada dia mais complexas.

É nesse contexto que se insere a experiência da equipe multiprofissional da Rede Municipal de Educação de Quebrangulo, em Alagoas, composta por profissionais do Serviço Social e da Psicologia. A relevância do estudo está na necessidade premente de documentar, avaliar e dar visibilidade às ações desenvolvidas no contexto local, evidenciando suas contribuições para a promoção da saúde mental, prevenção dos diferentes tipos de violência, com ênfase no combate ao *bullying*, a efetivação de direitos, o enfrentamento das expressões da questão social e o fortalecimento da dos vínculos entre escola, família e Rede de Proteção.

O objetivo geral é analisar as contribuições do Serviço Social e da Psicologia na Educação Básica do município de Quebrangulo–AL, evidenciando como a atuação multiprofissional contribui para o enfrentamento das barreiras à aprendizagem e para a efetivação dos direitos dos estudantes e da comunidade escolar. Para alcançar tal intento, definiram-se os seguintes objetivos específicos: a) identificar os eixos de atuação da Psicologia Escolar no acolhimento e na orientação continuada; b) evidenciar a contribuição do Serviço Social para a articulação com a Rede de Proteção; c) mapear as frentes de trabalho da equipe

multiprofissional voltadas ao suporte técnico e à aproximação com as famílias; d) discutir o impacto das oficinas socioemocionais e rodas de conversa para a construção de uma cultura escolar inclusiva e respeitosa.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, de abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo, desenvolvido a partir da análise documental e da sistematização da experiência profissional de psicólogas e assistentes sociais que atuam em escolas de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Quebrangulo–AL.

O corpus de análise compreende registros institucionais das ações realizadas em 2026. A análise foi organizada por eixos temáticos relacionados às demandas escolares, às estratégias de intervenção profissional e às contribuições da atuação multiprofissional para a garantia de direitos. Foram considerados os fundamentos legais e técnico-profissionais das duas áreas, articulando-os aos registros das práticas desenvolvidas no município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sistematização das ações desenvolvidas em 2026 evidencia que a atuação integrada do Serviço Social e da Psicologia na Rede Municipal de Educação de Quebrangulo–AL se organiza em frentes de intervenção, articulando acolhimento, prevenção, orientação, formação e encaminhamento às políticas públicas. A análise dos registros institucionais permite organizar as contribuições identificadas em quatro eixos.

Quadro 1 – Eixos de atuação e contribuições da equipe multiprofissional

Eixo de atuação	Principais ações desenvolvidas	Contribuições identificadas
Acolhimento e mediação das relações escolares	Escuta qualificada, orientações, mediação de conflitos e intervenções conjuntas.	Fortalecimento do diálogo, identificação de demandas e valorização das relações interpessoais.
Trabalho com famílias e comunidade	Orientações, visitas domiciliares, acompanhamento de encaminhamentos e aproximação com responsáveis.	Fortalecimento dos vínculos entre escola e família e identificação de necessidades de proteção social.

Articulação intersetorial	Discussão de casos, Busca Ativa Escolar, reuniões com a Rede de Proteção e encaminhamentos.	Ampliação das possibilidades de acesso a direitos e compartilhamento de responsabilidades entre políticas públicas.
Formação e ações coletivas	Formações pedagógicas, oficinas socioemocionais e rodas de conversa.	Sensibilização para a empatia, o respeito às diferenças, a convivência democrática e a inclusão.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos registros institucionais das ações desenvolvidas em 2026.

No eixo do acolhimento e da mediação das relações escolares, a escuta qualificada de estudantes, famílias e profissionais da educação constitui uma estratégia para compreender as demandas que atravessam o cotidiano escolar e construir possibilidades de intervenção. As ações procuram favorecer a mediação de conflitos, a prevenção de violências e o reconhecimento das necessidades dos estudantes, considerando os aspectos relacionais, sociais e institucionais envolvidos no processo educativo.

Nesse contexto, o acolhimento aos educadores também assume relevância. A sobrecarga decorrente das exigências pedagógicas e burocráticas pode dificultar a disponibilidade para o diálogo e a atenção às necessidades específicas dos estudantes. As ações de orientação e formação desenvolvidas pela equipe buscam contribuir para a reflexão sobre as relações estabelecidas no ambiente escolar e para a construção de estratégias inclusivas, sem desconsiderar as condições institucionais em que o trabalho docente se realiza. Essa perspectiva dialoga com Alves (2023), ao valorizar uma educação sensível às singularidades e às potencialidades dos sujeitos.

O segundo eixo evidencia a importância da aproximação com as famílias. As orientações, visitas domiciliares e articulações realizadas permitem compreender aspectos do contexto social que podem repercutir na frequência, na participação e na permanência dos estudantes na escola. Nessa perspectiva, a atuação profissional não se limita à responsabilização individual das famílias pelas dificuldades escolares, mas busca compreender as condições concretas de vida e as barreiras que interferem no exercício do direito à educação. Tal direcionamento converge com os fundamentos do Serviço Social na política educacional,

especialmente no que se refere ao enfrentamento das desigualdades e à defesa dos direitos sociais (CFESS, 2013).

O terceiro eixo compreende a articulação intersetorial e o trabalho com a Rede de Proteção. A participação em reuniões, a discussão de casos, os encaminhamentos e o acompanhamento das demandas favorecem a construção de respostas compartilhadas diante de situações que ultrapassam as possibilidades de intervenção exclusiva da escola. A articulação com os serviços de saúde, assistência social e demais órgãos competentes constitui, portanto, uma estratégia para ampliar o acesso às políticas públicas e fortalecer a proteção integral de crianças e adolescentes. Essa atuação encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e na Lei nº 14.819/2024, que reforça a integração entre educação, saúde e assistência social no cuidado psicossocial das comunidades escolares.

O quarto eixo reúne as ações coletivas, como oficinas socioemocionais, rodas de conversa e formações pedagógicas. Essas atividades possibilitam abordar temas relacionados à empatia, ao respeito às diferenças, à prevenção do bullying e à convivência democrática. Ao promover espaços de reflexão e participação, a equipe contribui para que a comunidade escolar reconheça a importância de relações respeitosas e de práticas institucionais comprometidas com a inclusão. A atuação da Psicologia Escolar, nessa perspectiva, ultrapassa uma abordagem exclusivamente individual e considera as relações e os processos institucionais que participam da produção das experiências escolares (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019).

Em conjunto, os eixos demonstram que a contribuição da equipe multiprofissional reside na integração de ações preventivas, educativas e de garantia de direitos. A experiência analisada aponta o fortalecimento das possibilidades de diálogo entre escola, famílias e Rede de Proteção, bem como a ampliação dos recursos institucionais para o enfrentamento das demandas sociais presentes no cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das ações desenvolvidas em 2026 na Rede Municipal de Educação de Quebrangulo–AL evidencia que a atuação integrada do Serviço Social e da Psicologia constitui uma contribuição relevante para a efetivação de direitos na Educação Básica. Os resultados sistematizados apontam que a atuação multiprofissional favorece o fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade, a construção de estratégias inclusivas e a articulação entre políticas públicas. Nesse sentido, a presença desses profissionais contribui para superar perspectivas clínicas, exclusivamente individualizantes e práticas assistencialistas, reafirmando a educação como direito social e a escola como espaço de formação e proteção integral.

A consolidação e continuidade desse trabalho requer investimento contínuo, reconhecimento institucional, condições éticas e técnicas de trabalho, formação permanente e fortalecimento dos fluxos intersetoriais. Também se mostra pertinente ampliar os mecanismos de monitoramento e avaliação das ações, de modo a identificar avanços, desafios e necessidades de aperfeiçoamento da política educacional local.

Conclui-se que a experiência de Quebrangulo–AL evidencia a relevância da articulação entre Serviço Social e Psicologia na construção de uma educação pública inclusiva, democrática e socialmente referenciada. A consistência metodológica evidenciada no registro das atividades — catalogadas por meio de relatórios e memórias fotográficas — não apenas atesta a transparência exigida, mas também representa parte do patrimônio documental para o município. Assim, espera-se que este trabalho contribua para o debate científico sobre equipes multiprofissionais na educação básica e subsidie outras experiências comprometidas com a consolidação de práticas preventivas, coletivas e emancipatórias, na promoção da saúde mental e no desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Serviço Social; Psicologia Escolar; Educação Básica; Garantia de Direitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Por uma educação sensível**. Organização de Raquel Alves. Jandira, SP: Principis, 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica**. 2. ed. Brasília, DF: CFP, 2019. Disponível em: https://crepop.cfp.org.br/publicacoes/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologasos-na-educacao-basica/. Acesso em: 22 out. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília, DF: CFESS, 2013. Disponível em: https://www.cfess.org.br/documento/view/305/subsidios-para-a-atuacao-de-assistentes-socias-na-politica-de-educacao. Acesso em: 22 out. 2026.